

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.01.010

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA SURDA NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Adilma Gomes da Silva Machado¹
Lidiane Aparecida Padilha Silva²
Maria Zilda Medeiros da Silva³
Charlene de Lima Alexandre da Silva⁴

RESUMO

Este trabalho de pesquisa surgiu com a finalidade de evidenciar a relevância da LIBRAS para a pessoa surda, principalmente na educação básica, como meio de oportunizar ao estudante surdo uma educação inclusiva de qualidade, permitindo o seu acesso e permanência na escola. Assim, se fez necessário compreender os desafios da pessoa surda no ensino fundamental, tendo como base norteadora as Diretrizes das Políticas Brasileira de Inclusão e de uma proposta de intervenção pedagógica trabalhada no contexto educacional. Dessa forma, mediante as leis federais que regem o sistema educacional, a inclusão da pessoa surda só ocorre de fato quando é inserida no ensino a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Desta maneira, este trabalho de pesquisa teve como objetivo geral: constatar no ensino regular a inclusão do estudante com surdez. Objetivos específicos: identificar a

- 1 Mestra em Linguística e Ensino pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB, João Pessoa/PB, Brasil. Docente efetiva Secretaria Municipal de Educação de Conde/PB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1912-2852>. E-mail: adilmalibrasp@email.com.
- 2 Graduada pelo Curso de Letras Português da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, lidiane.padilha@aluno.uepb.edu.br.
- 3 Mestra em Linguística e Ensino pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa/PB, Brasil, zilda.libras@gmail.com.
- 4 Mestra em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba-PROLING/UFPB, João Pessoa/PB, Brasil. Docente efetiva Secretaria Municipal de Educação de Ipojuca/PE. Email: charlene.limaalexandre@gmail.com.

importância da LIBRAS para a inserção da pessoa surda na sociedade; analisar a proposta de intervenção pedagógico desenvolvida para o estudante com surdez no ensino fundamental; verificar as práticas de inclusão social no espaço escolar. Como base metodológicas, utilizamos estratégias de análise nas Diretrizes das Políticas Brasileira de Inclusão e na proposta de intervenção pedagógica, a fim de compreendermos qual a contribuição dessas propostas para a formação integral dos estudantes surdos que estão inseridos na comunidade escolar. Quanto aos resultados, esse trabalho contribuiu para destacarmos a relevância do conhecimento da LIBRAS no ensino/aprendizagem para o desenvolvimento da pessoa surda, mediante a necessidade de superar as dificuldades de comunicação social e linguística, no intuito de promover a inclusão da pessoa surda por meio da LIBRAS é de quanto é fundamental uma proposta de intervenção pedagógica para estudantes surdos da educação básica. Diante disso, para tais fundamentos buscou-se nas pesquisas de Freire (1999), Skliar (2001), Strobel (2008), entre outros.

Palavras-chave: Intervenção Pedagógica, Libras, Ensino Fundamental, Surdo, Inclusão Social.



INTRODUÇÃO

Os desafios para incluir alunos surdos nas séries iniciais, partindo da oferta das políticas de inclusão e sua proposta pedagógica de trabalhar no contexto educacional, torna necessário que a sociedade, como também setores da educação e outros, sejam incentivados a aprender a língua brasileira de sinais (LIBRAS).

Pois, se faz necessário que as escolas que têm estudantes surdos, busquem profissionais habilitados em LIBRAS para o atendimento desses estudantes, como também possam desenvolver cursos de LIBRAS para a equipe escolar e toda comunidade escolar, como forma de contribuir com o processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos surdos.

A finalidade deste estudo é evidenciar a importância da LIBRAS, que possa ser observado a riqueza dessa língua para o desenvolvimento da pessoa surda do ambiente escolar para vida, e aprendizagem acadêmica e, assim, possa auxiliá-los nas habilidades linguísticas, no intuito de promover a socialização desses estudantes na interação social.

Nota-se que no ambiente escolar, a escassez de profissionais habilitados nessa área, ressaltando as dificuldades dos educadores em sala de aula e suas influências no processo de ensino-aprendizagem dos surdos. É necessário que as instituições de ensino e profissionais da área, trabalhem em função do reconhecimento e cumprimento da efetiva legalização que se possa torna obrigatório, a Língua Brasileira de Sinais na grade curricular do ensino. Sendo a língua um mecanismo relevante na inclusão do deficiente auditivo. Segundo o Decreto nº 5.626/05 (2005, art. 22):

as instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I - escolas e classe de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II - escolas bilíngues ou escolas comuns regulares de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa, (BRASIL, 2005).

Este artigo nos apresenta a importância de profissionais qualificados no ambiente educacional, desde a educação infantil, assim possam garantir uma inclusão do aluno surdo nas salas de aula, uma busca de uma educação bilíngue, em que o surdo possa se comunicar em Libras em seu ambiente escolar como também desenvolver a leitura do português com melhor compreensão. O desenvolvimento da Língua de Sinais facilitará o acesso à comunicação a todas as crianças, destacamos que, o acesso a uma língua proporciona interação entre os sujeitos na comunidade escolar. Dessa maneira, aguçar a curiosidade e as expectativas em aprender uma nova língua influencia no desenvolvimento intelectual e social dos estudantes.

Strobel, 2008, fala que a língua de sinais:

A Língua de Sinais vem assumindo um lugar cada vez mais relevante não só nas pesquisas, como também nas comunidades surdas. Embora se encontrem registros de que já no século XVIII se reconhecia a importância da Língua de Sinais, somente no século XX, nos anos 60, é que houve o início dos primeiros estudos linguísticos sobre ela. (STROBEL, 2008, p. 61).

A língua de Sinais é destacada como expressão nacional da Língua, assim, linguisticamente no Brasil veio ganhar forças a partir do ano de 2002 com a lei 10.436, ganhando sua nomenclatura (LIBRAS) Língua oficial do Brasil. Assim, este trabalho analisa ainda as particularidades a respeito da temática, realizada em diferentes campos de pesquisa, obtendo informações que contextualizam os objetos apontados, baseando-se de maneira bibliográfica em livros de instituições de ensino e sites da internet.

Devido às dificuldades dos alunos surdos de se relacionarem com alunos ouvintes, docentes e toda comunidade escolar, tem-se a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a temática, visando um melhor amparo legal educacional e ainda, buscando uma melhoria na qualidade de vida para uma convivência social entre surdos e ouvintes. De acordo com a Constituição Federal de 1988:

A perspectiva de educação para todos constitui um grande desafio, quando a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional sem possibilidade de acesso à escolarização, apesar dos esforços empreendidos para a universalização do ensino. Enfrentar esse desafio é condição essencial para atender a expectativa de democratização da educação em nosso país e as

aspirações de quantos almejam o seu desenvolvimento e progresso.
(BRASIL, Const. Federal 1998, p. 15).

Em concordância com a citação acima, precisamos trabalhar com ações que dê oportunidade e espaços para todos os sujeitos. Dessa forma, ao delinear os objetivos desta pesquisa, realizamos uma sondagem a qual foi feito um trajeto do pesquisador no que se pretende explanar as motivações que instigaram a aprofundar o entendimento sobre a educação inclusiva de estudantes surdos e ouvintes, destinando-se ao contexto acadêmico e profissional no qual fazemos parte, com a intenção de garantir o direito de igualdade de condições para os estudantes surdos no seu processo de ensino-aprendizagem.

Segundo o documento do MEC (2004) ocorre importantes marcos históricos a partir da década de oitenta que estão relacionados à democratização do ensino no intuito de um processo de formação para as pessoas portadoras de deficiência. Destacaram-se a Conferência Mundial de Educação para Todos (Tailândia, 1990) a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e qualidade (Espanha, 1994) e a Convenção da Organização entre os Estados Americanos (Guatemala, 1999) e (Brasil, 2004).

A Declaração de Salamanca de 1994 reafirma a proposta da educação para todos, reconhecendo as necessidades e a urgência da educação especial para crianças, jovens e adultos. Em transpor os desafios dentro do sistema regular de ensino é adquirido através da “Estrutura de Ação em Educação Especial”.

A educação de alunos com necessidades educativas especiais incorpora os princípios já comprovados de uma pedagogia saudável da qual todas as crianças podem beneficiar, assumindo que, as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança. Em vez de ser esta a ter de se adaptar a concepções predeterminadas, relativamente ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica para todos os alunos e, como consequência, para a sociedade em geral, pois a experiência tem demonstrado que esta pedagogia pode reduzir substancialmente as desistências e as repetições e garantir um êxito escolar médio mais elevado. Uma pedagogia deste tipo pode também ajudar a evitar o desperdício de recursos e a destruição de esperanças, o que, muito frequentemente, acontece como consequência do baixo nível do ensino e da mentalidade - “uma medida serve para todos” - relativa à educação. As escolas centradas na criança são, assim, a base de construção duma sociedade orientada para as pessoas, respeitando quer as

diferenças quer a dignidade de todos os seres humanos. (Declaração de Salamanca de 1994).

Defendendo o acesso a escola comum, com uma pedagogia centrada e capacitada em atender a criança com deficiência, através dessa política de inclusão e o caminho eficaz para combater atitudes de discriminação, criando comunidades acolhedoras na construção de uma sociedade inclusiva, oferecendo educação para todos de forma igualitária, que busquem acessos em ambos os sentidos, tanto na visão para os surdos quanto para os ouvintes.

O ambiente inclusivo necessariamente precisa de olhares significativos, uma inclusão que respeite a todos, tanto os surdos quanto os ouvintes, os dois tem sua própria língua com sua gramática própria, e buscam vivenciar no mundo de comunicação, os surdos precisam sair do seu silêncio, ter sua comunicação em seus ambientes diário.

Em 1996 o Brasil elaborou a Lei de Diretrizes e Base da Educação LDB/9394/96, com o objetivo de solidificar recomendações desses documentos importantes para definir políticas públicas nacionais. Com a vigência desta lei atribui aos municípios brasileiros a responsabilidade e a expansão do ensino igualitário para todos os cidadãos de 0 a 14 anos. Passando a ser caráter de o município formar e decidir a política no desenvolvimento e dos passos necessários para implementar sua realidade sócio geográfica, a educação inclusiva, no âmbito da Educação Infantil e Ensino Fundamental (BRASIL,2004).

METODOLOGIA

O presente trabalho se configura como uma pesquisa exploratória e bibliográfica a partir de referenciais teóricos. Essa pesquisa foi realizada no município de Pedro Régis/PB, com a intenção de observar como se encontra a situação educacional dos estudantes surdos e quais são as dificuldades dos docentes no processo de ensino-aprendizagem na modalidade do ensino fundamental.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o trabalho pedagógico desenvolvido com estudantes surdos nas séries iniciais e verificar a metodologia de integração e interação entre os docentes e os discentes na sala de aula, pois o desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança surda e ouvinte precisam ser estimulados desde de cedo. Para que isso aconteça os docentes precisam compreender a necessidade crescente do surdo inserido nas séries iniciais e de alunos ouvintes que se faz importante ter o acesso a LIBRAS para se comunicar

com os surdos através língua de sinais, percebe-se que se faz necessário ações com propostas de ensino de LIBRAS no sistema educacional, como alternativas para as práticas pedagógicas inclusivas.

Esta pesquisa tem como finalidade investigar como acontece a inclusão dos estudantes surdos no ensino regular. Destacar a importância da língua brasileira de sinais (LIBRAS) para a inserção dos estudantes surdos na sociedade e contribuir com o processo de ensino-aprendizagem.

Com base no exposto, podemos utilizar como métodos ainda as experiências, o tempo de análise e conhecimentos através de dados anteriores de outros estudiosos, pesquisados em trabalhos acadêmicos e bibliográficos, buscando um entendimento acerca do tema abordado, “os desafios da inclusão social da pessoa surda no ensino fundamental: uma proposta de intervenção pedagógica”.

Baseia-se ainda no estudo da inserção da educação de surdos no Brasil, nos dando uma ampla visão acerca desta problemática, levando em consideração as estruturas das escolas e do conhecimento da língua em si, dando uma ampla visão do desafio da “inclusão” destes alunos no ensino regular.

Assim sendo, a realização deste trabalho foi fundamental para estudos, pesquisas e análises de interesse do pesquisador pela inclusão dos estudantes surdos da cidade de Pedro Régis/PB. Percebe-se que temos várias pesquisas anteriores abordando essa temática que contribuem para a continuidade de estudos nos dias de hoje e para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem do processo educacional dos estudantes surdos.

Com essa pesquisa, percebemos a necessidade da formação continuada para os docentes, principalmente, da educação básica. Os profissionais necessitavam de formação para poderem se comunicar com surdos que estavam em seus ambientes educacionais na busca de conhecimentos para sua vida em sociedade.

O tema deste trabalho é uma forma de contribuir com a educação inclusiva da educação básica brasileira e uma tentativa de abrir espaços de informações para a sociedade, uma vez que consideramos as instituições formadoras como um espaço oportuno de debates de temáticas para apresentar a comunidade escolar e assim levar as discussões para outros espaços. Pois, precisamos criar ferramentas que sejam capazes de favorecer melhorias nos atendimentos dos estudantes com surdez da educação básica.

Durante o percurso desta pesquisa, tivemos a oportunidade de adentrar mais profundamente nesta temática, levando em conta o que seria ideal e o que é real. Assim, se faz necessário pesquisas e discussões nesta área que promovam formações e informações para os profissionais envolvidos com os estudantes com surdez, como meio de eliminar barreiras linguísticas entre os surdos e ouvintes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ensino de LIBRAS é considerado importante para surdos, porque envolve a construção de sua identidade, cultura linguística, entre outros. Tal opinião se baseia especialmente no campo de estudos denominado Estudos Surdos e também no campo mais amplo dos Estudos Culturais. Os Estudos Culturais reconhecem a existência de diferentes culturas e os direitos das comunidades de manterem suas culturas. Strobel, 2008, afirma:

“A cultura surda exprime valores, crenças que, muitas vezes, se originaram e foram transmitidas pelos sujeitos surdos de geração passada ou de seus líderes surdos bem-sucedidos, através das associações de surdos” (STROBEL, 2008, p. 26).

Perlin, 2015, destaca:

A cultura surda como diferença se constitui numa atividade criadora. Símbolos e práticas jamais conseguidos, jamais aproximados da cultura ouvinte. Ela é disciplinada por uma forma de ação e atuação visual. [...] ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva (PERLIN, 2015, p. 56).

O conhecimento de sua cultura e domínio da língua do sujeito, contribui para construção de sentido, planeja e regula as ações humanas, permitindo ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registrar o que conhece e comunicar-se com o outro. Ela marca o ingresso do homem na cultura, construindo-o como sujeito capaz de produzir transformações. Para Saussure, 2006:

Inicialmente, não está provado que a função da linguagem, tal como ela se manifesta quando falamos, seja inteiramente natural (...). Os linguistas estão longe de concordar nesse ponto. Assim,

para Whitney, que considera a língua uma instituição social da mesma espécie que todas as outras, é por acaso e por simples razões de comodidade que nos servimos do aparelho vocal como instrumento da língua; os homens poderiam também ter escolhido o gesto e empregar imagens visuais em lugar de imagens acústicas. Sem dúvida, esta tese é demasiado absoluta; a língua não é uma instituição social semelhante às outras em todos os pontos (...). No ponto essencial, porém, o linguista norte-americano nos parece ter razão: a língua é uma convenção e a natureza do signo convencional é indiferente. A questão do aparelho vocal se revela, pois, secundária no problema da linguagem, (SAUSSURE, 2006, p. 17-18).

Sendo assim, acreditamos na importância do conhecimento das singularidades dos surdos, principalmente, de sua língua para os profissionais da educação, pois esses sujeitos são constituídos sócio-históricamente como as demais pessoas, com suas identidades individuais, mas é relevante que o sistema educacional atenda os surdos proporcionando um ensino que respeite as particularidades desses estudantes.

Pois a exposição a um ambiente linguístico é necessária para ativar a estrutura latente e para que a pessoa possa sintetizar e recriar os mecanismos linguísticos. É através da linguagem que a criança percebe o mundo e constrói a sua cognição. Para Vygotsky (2015):

O desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio de um processo interpessoal, ou seja, tem início na relação com o mundo social. Ocorrendo no primeiro momento, entre pessoas, que seria o (processo interpsicológico), para, depois, as funções psicológicas serem internalizadas e se modificarem num processo intrapsicológico, interno ou intrapessoal. Esses dois processos, interpessoal e intrapessoal, ocorrem num movimento de idas e voltas, proporcionadas pela interação do indivíduo com seu meio social ao qual este venha pertencer, ou seja, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores se dá, ao mesmo tempo, do exterior para o interior do indivíduo e vice-versa (VYGOTSKY, 2015, p. 51).

Pois a língua é um dos principais instrumentos de desenvolvimento dos processos cognitivos do ser humano e, evidentemente, do seu pensamento. Consideramos que a escola é um ambiente importante para a formação dos sujeitos em todos os seus aspectos. É um lugar de aprendizagem, de diferenças, de interação, trocas de conhecimento, entre outras. Segundo Sá, 2010:

Nos estudos culturais, a cultura dos surdos, por exemplo, é vista como uma das formas globais de vida ou como uma das formas globais de luta, e é abordada através de uma reconstrução da posição social de seus usuários. (...) nessa perspectiva, a cultura dos surdos é entendida como um campo de luta entre diferentes grupos sociais, em torno da significação do que seja a surdez e os surdos no contexto social e global (SÁ, 2010, p. 103-104).

Assim, se faz necessário que a equipe pedagógica trabalhe com ações para que promova um atendimento inclusivo para todos os estudantes, com a intenção de desenvolver as habilidades e competências dos estudantes considerando os graus de perda auditiva, pois é importante para as estratégias de aprendizagens direcionada para esses estudantes. Segundo a Secretaria de Educação Especial, 1997:

O grau e o tipo de perda de audição, assim como a idade em que esta ocorreu, vão determinar o tipo de atendimento que o aluno receberá. Do ponto de vista educacional e com base na classificação do Bureau Internacional d'Audiophonologie – BIAP, e na Portaria Interministerial nº 186 de 10/03/78, considera-se parcialmente surdo, o portador de surdez leve e portador de surdez moderada. Enquanto que surdo, é considerado o portador de surdez severa e o portador de surdez profunda, que serão descritos a seguir (Secretaria de Educação Especial, 1997):

Portador⁵ de Surdez Leve apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o aluno perceba igualmente todos os fonemas da palavra. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, esse aluno é considerado desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal de linguagem, mas poderá ser causa de algum problema articulatório ou dificuldade na leitura e/ou escrita.

Portador de Surdez Moderada apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Esses limites encontram-se no nível da percepção da palavra, sendo necessário uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. São frequentes o atraso de linguagem e as alterações articulatórias, havendo em alguns casos, problemas lingüísticos mais graves. Esse aluno tem maior dificuldade em discriminação auditiva em lugares ruidosos. Identifica palavras mais significativas, tendo dificuldade em

5 O termo portador foi usado de acordo com o documento do MEC/1997. Essa nomenclatura foi modificada para pessoas com deficiência.

compreender certos termos de relação e/ou frases gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada à sua aptidão para a percepção visual.

Portador de Surdez Severa apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda permite que ele identifique alguns ruídos familiares e possa perceber apenas a voz forte, podendo chegar até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, da aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.

Portador de Surdez Profunda apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal, que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir naturalmente a linguagem oral. A construção da linguagem oral é uma tarefa longa e bastante complexa, envolvendo aquisições como: tomar conhecimento sonoro, aprender a utilizar todas as vias perceptivas que podem complementar a audição, perceber e conservar a necessidade de comunicação e de expressão, compreender a linguagem e aprender a expressar-se, (BRASIL, 1997, grifos nossos).

Essas informações auxiliam nas atividades dos profissionais da educação começando na construção do currículo escolar, pois vários são os dispositivos legais que preveem organização especial de currículos, desenvolvimento de métodos, técnicas e recursos educativos, além de professores especializados e capacitados, assim, quanto mais informações esses profissionais têm em mãos, mais são as chances de ajudar os estudantes com surdez. De acordo com o MEC, 2006:

A influência da surdez sobre o indivíduo mostra características bastante particulares desde seu desenvolvimento físico e mental até seu comportamento como ser social. Neste aspecto, destaca-se a linguagem como fator de vital importância para o desenvolvimento de processos mentais, personalidade e integração social do surdo. A comunicação é, sem dúvida, o eixo da vida do indivíduo, em todas as suas manifestações como ser social (MEC 2006, p. 17).

O artigo 59 da LDBEN, publicada em 1996, afirma que:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino

regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996).

Como forma de eliminar barreiras na educação das crianças surdas, a primeira língua que deve ser ensinada é a língua de sinais (LIBRAS), pois possibilita a comunicação inicial na escola e a língua portuguesa na modalidade escrita deveria ser ensinada aos surdos como segunda língua. Para Marcuschi, 2001:

A língua não é um simples sistema de regras, mas uma atividade sociointerativa que exorbita o próprio código como tal. Em consequência, o seu uso assume um lugar central e deve ser o principal objetivo de nossa observação porque só assim se elimina o risco de transformá-la em mero instrumento de transmissão de informação. A língua é fundamentalmente um fenômeno sociocultural que se determina na relação interativa e contribui de maneira decisiva para a criação de novos mundos e para nos tornar definitivamente humanos. (MARCUSCHI, 2001, p. 125).

Assim, percebe-se que é de fundamental importância os estudos sobre aquisição e desenvolvimento da língua com os estudantes, aqui nesta pesquisa temos os surdos como sujeitos que se faz necessário práticas pedagógicas que tenham propostas que contribuam com a aquisição da LIBRAS como L1.

Pois é relevante que ações que estimulem a interação entre os estudantes surdos e ouvintes aconteçam no espaço escolar e a língua um instrumento que facilita essa interação entre os sujeitos. Goldfeld, 2002, afirma que:

O indivíduo se constitui com base em suas relações sociais, utilizando, para tal a linguagem, os signos. A partir daí o indivíduo utiliza os signos tanto para comunicar-se no diálogo, como para pensar. Por sua vez, os indivíduos em conjunto modificam o meio social do qual participam, pois são sujeitos ativos. Esta é uma relação mútua de dependência. Sem o meio social não há consciência individual, e sem indivíduos não há sociedade. (GOLDFELD, 2002, p.51).

As relações sociais são importantes, uma vez que, os sujeitos utilizam signos em sua comunicação e para pensar, assim os sujeitos participam ativamente dos discursos contribuindo com as mudanças sociais. Esses aspectos são fundamentais para o ensino-aprendizagem dos estudantes surdos como construção do conhecimento que ocorre a partir de um intenso processo de interação entre os sujeitos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil em seu art 4º apresentam que:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 1).

No que concerne à aprendizagem, o Art. 4º (BRASIL, 2009) explicita as propostas pedagógicas que precisam considerar a criança como ponto de partida para o planejamento curricular para contribuir com a formação e seu desenvolvimento humano. Dessa maneira, é evidente a forma como a interação social é um espaço oportuno em que o sujeito se constitui e é um método de desenvolver a sua consciência.

Neste trabalho de pesquisa temos como sujeito o estudante surdo, pois, o surdo é um ser social, mas se faz necessário que as escolas proporcionem práticas pedagógicas como meio de auxiliar os estudantes surdos a desenvolver a sua personalidade e capacidade social desde que desperta para o mundo. Desta forma, constata-se a abrangência multidimensional que têm as interações sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante que os docentes dialoguem sobre as singularidades dos estudantes surdos, pois conhecer e compreender a cultura de um povo favorece a construção do currículo escolar, chegando nas práticas em sala de aula. Compreender e trabalhar com ações que tratam a cultura do sujeito, fortalece a construção de sua identidade pessoal e coletiva. De acordo com o tema dessa pesquisa que trata: Os Desafios da Inclusão Social da Pessoa Surda no Ensino Fundamental: Uma Proposta de Intervenção Pedagógica, pensamos em contribuir com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos do município de Pedro Régis/PB, através de diálogos no ambiente escolar como porta de entrada para as atividades pedagógicas dos docentes.

Pois o planejamento pedagógico escolar ao pensar no ensino de LIBRAS e Língua Portuguesa, precisa ser pensado a partir da cultura surda e suas singularidades, partindo do princípio de que a língua é uma das ferramentas para o ensino-aprendizagem dos sujeitos. O surdo tem a LIBRAS como L1 e a Língua Portuguesa na modalidade escrita, é de suma importância que o surdo

aprenda a LIBRAS para que esta sirva de língua base para a aprendizagem de uma segunda língua. Assim, sugerimos algumas maneiras de trabalhar com ações inclusivas, principalmente em escolas que têm estudantes surdos:

Quadro I: Sugestões para escolas que têm estudantes surdos

ATIVIDADE	PROPOSTA PEDAGÓGICA
CURSOS	<ul style="list-style-type: none"> • É importante a oferta de cursos de formação continuada em LIBRAS (básico e avançado para os docentes); • LIBRAS para estudantes ouvintes, familiares e comunidade escolar; • Ofertar cursos de Língua Portuguesa como L2 para os estudantes surdos.
EVENTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Os eventos no ambiente escolar, como: debates, roda de conversa, oficinas, palestras, gincanas, entre outros, incluam os estudantes surdos e sejam interpretadas em LIBRAS.
AULAS	<ul style="list-style-type: none"> • As aulas precisam ser interpretadas em LIBRAS; • É importante que a abordagem em Língua Portuguesa seja realizada na modalidade escrita; • As aulas em LIBRAS para estudantes ouvintes também, com o objetivo de contribuir com a interação entre surdos e ouvintes.
METODOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Criar meios que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos; • Relacionar as técnicas de ensino que serão utilizadas nas práticas pedagógicas.
AVALIAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Continua, respeitando as particularidades dos estudantes surdos.

Fonte: Elaboração das autoras, 2024

A intervenção pedagógica para atendimentos dos estudantes surdos, é um processo que visa contribuir com o desenvolvimento das habilidades e competências linguísticas desses sujeitos, pois ao utilizarem a LIBRAS como ferramenta que instrumentaliza o docente garantindo um ensino humanizado e inclusivo para os estudantes surdos, podemos compreender que a inclusão está sendo efetivada a partir de ações de intervenções pedagógicas no dia a dia da escola. De acordo com SKLIAR, 2001:

[...] experiência visual dos surdos envolve, para além das questões linguísticas, todo tipo de significações comunitárias e culturais, exemplificando: os surdos utilizam apelidos ou nomes visuais; metáforas visuais; imagens visuais, humor visual; definição das

marcas do tempo a partir de figuras visuais, entre tantas outras formas de significações (SKLIAR, 2001, p. 176).

Um outro ponto relevante que precisa estar presente nas intervenções pedagógicas voltadas para o atendimento dos estudantes surdos é a utilização dos recursos visuais, essa abordagem da importância de o professor trabalhar com recursos visuais, precisa se fazer presente nos Cursos de Formações Continuadas para os Professores. Pois essa é uma das principais estratégias de ensino que contribui para o desenvolvimento das habilidades dos estudantes surdos.

[...] a surdez é uma experiência visual [...] e isso significa que todos os mecanismos de processamento da informação, e todas as formas de compreender o universo em seu entorno, se constroem como experiência visual. Não é possível aceitar, de forma alguma, o visual da língua de sinais e disciplinar a mente e o corpo das crianças surdas como sujeitos que vivem uma experiência auditiva. (SKLIAR, 2013, p. 28).

Skliar, 2013, destaca a experiência visual como meio em que o sujeito surdo compreende o universo em sua volta, por isso a relevância dos docentes conhecerem as singularidades desses sujeitos para que ao planejar suas atividades, pensem em ações que envolvam os estudantes surdos. Mas para que isso aconteça, se faz necessário que a escola trabalhe com os docentes acerca desse estudante como forma de elaborar um currículo escolar inclusivo, proporcionando condições para a interação entre o estudante surdo, professor e demais comunidade escolar, como afirma Paulo Freire, 1999:

A relação dialógica, porém, não anula, como às vezes se pensa, a possibilidade do ato de ensinar. Pelo contrário, ela funda este ato, que se completa e se sela no outro, o de aprender, e ambos só se tornam verdadeiramente possíveis quando o pensamento crítico, inquieto, do educador ou da educadora não freia a capacidade de criticamente também pensar ou começar a pensar do educando. (FREIRE, 1999, p. 118).

A citação acima está em consonância com o tema desta pesquisa quando pensamos em quebrar barreiras e trabalhar com intervenções pedagógicas como forma de enfrentar os desafios existentes no dia a dia da educação básica. Pois, se faz necessário que pesquisas com discussões e estratégias de ensino com

foco no desenvolvimento das habilidades linguísticas dos estudantes surdos se façam presentes na área da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, as discussões levantadas nesta pesquisa, evidenciam que as propostas pedagógicas da educação básica voltadas para os estudantes surdos precisam ser pautadas em ações inclusivas considerando as singularidades desses sujeitos. Pois as ações inclusivas ao proporcionar reflexões acerca dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizado como uma temática ampla que necessita que seja explorada com os profissionais da educação e toda a comunidade escolar, pelo fato de que falar de inclusão é uma discussão complexa que tem suas barreiras, mas que a escola precisa abrir espaços para falar sobre essa temática como forma de aproximar os sujeitos envolvidos neste processo como possibilidade de consolidação de uma educação humanizada. Para tanto, neste trabalho tivemos como base teórica autores e documentos oficiais da educação que dialogam sobre a educação dos surdos.

No decorrer desse estudo, ficou evidente que a educação inclusiva é um desafio, mas que a partir do momento que se abre espaço para discussão sobre esse assunto, principalmente no ambiente escolar, inicia a quebra de barreiras entre os sujeitos e proporciona saberes como uma nova concepção de que o estudante com deficiência é também um sujeito histórico, que precisa de oportunidades, pois a diferença é uma característica que compõe a diversidade humana. Assim, a proposta da educação inclusiva surge como uma necessidade de ofertar um atendimento educacional com equidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96**. Brasília, Senado Federal, MEC, 1996.

BRASIL, MEC. **Secretaria de Educação Especial: Direito à educação: orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP. 1997.

BRASIL, **Ministério da Educação e Cultura/MEC**. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988.

BRASIL. **Educação infantil:** saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização : surdez. [4. ed.] / elaboração prof^a Daisy Maria Collet de Araujo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Resolução n. 5, de 17/12/2009, Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005,** que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. 2005. Disponível em: Acesso em: 17 mai. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

PERLIN, Gládis T.T. **Identidades surdas.** In: A surdez: um olhar sobre as diferenças. Org. Carlos Skliar-7. ed.- Porto Alegre: Mediação, 2015.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos.** 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

SALAMANCA, Espanha. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais,** de 7 a 10 de junho de 1994.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística em geral.** Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SKLIAR, C. **Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngue para surdos.** In: SILVA, S.; VIZIM, M. Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 2001.

SKLIAR, C. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

STROBEL, Karin. **Surdos:** vestígios culturais não registrados na história. 2008. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSC, Florianópolis, SC, 2008.

STROBEL. Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

VYGOTSKY. L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, (2015).